
ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DA MATA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 031/2025

DECRETO Nº 031/2025

EMENTA: Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Municipal de São Lourenço da Mata, o Sistema de Registro de Preços – SRP e a renovação de saldos de contratos de fornecimento continuado, em consonância com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e com o Decreto Municipal nº 011/2024.

O Prefeito do Município de São Lourenço da Mata, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição Federal, tendo em vista ainda o que lhe faculta a Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 011/2024, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública Municipal, os procedimentos da licitação previstos na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO as normas do Estado de Pernambuco que regulamentam o Sistema de Registro de Preços, cuja sistemática se toma como referência, no que couber;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar, de forma específica, o uso do Sistema de Registro de Preços – SRP e a renovação de saldos de atas e contratos de fornecimento continuado, inclusive para assegurar a continuidade do fornecimento de livros e materiais didáticos;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal de São Lourenço da Mata:

I – o Sistema de Registro de Preços – SRP, para aquisição de bens, inclusive livros e materiais didáticos, e contratação de serviços, inclusive de engenharia; e

II – a renovação de saldos de atas de registro de preços e de contratos de fornecimento continuado que não sejam oriundos de SRP, observada a Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único. Aplicam-se, subsidiariamente ao disposto neste Decreto, as regras do Decreto Municipal nº 011/2024 e demais normas municipais sobre licitações e contratos.

Art. 2º. Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – Sistema de Registro de Preços – SRP: conjunto de procedimentos destinados ao registro formal de preços, condições de fornecimento e demais elementos para futuras contratações de bens ou serviços, observada a Lei Federal nº 14.133, de 2021;

II – Ata de Registro de Preços (ARP): documento vinculativo e obrigacional que registra preços, fornecedores, órgãos participantes, quantitativos máximos ou valor máximo da despesa e demais condições;

III – órgão gerenciador: órgão ou entidade da Administração Municipal responsável pela condução do procedimento de SRP e pela gestão da ata;

IV – órgão participante: órgão ou entidade que participou do planejamento da contratação, informou suas estimativas de consumo e consta da ata;

V – órgão não participante (aderente): órgão ou entidade que, não tendo participado da fase preparatória, utiliza a ata mediante autorização do gerenciador e anuência do fornecedor;

VI – detentor da ata: pessoa jurídica que tiver seus preços registrados e se obrigar a contratar nas condições previstas;

VII – Intenção de Registro de Preços – IRP: procedimento preparatório, preferencialmente eletrônico, por meio do qual o órgão gerenciador divulga a intenção de registrar preços e colhe manifestações de interesse de outros órgãos;

VIII – renovação de saldo: restabelecimento, em novo período de vigência, de quantidades ou valor contratual que não tenham sido totalmente consumidos, para fins de continuidade do fornecimento, observados os limites legais.

Art. 3º. O Sistema de Registro de Preços poderá ser utilizado, entre outras hipóteses:

I – quando for necessária contratação frequente do mesmo objeto;

II – quando o fornecimento ou a prestação de serviços devam ocorrer de forma parcelada ou sob demanda;

III – quando houver necessidade de atender a mais de um órgão ou entidade municipal com o mesmo objeto;

IV – quando não for possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado;

V – para padronizar objetos e racionalizar as compras públicas.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

Art. 4º. A adoção do SRP observará as etapas de planejamento previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e no Decreto Municipal nº 011/2024, em especial quanto à formalização da demanda, estudo técnico preliminar, termo de referência, mapa de riscos, orçamento estimado, dotação orçamentária e autorização de abertura do procedimento.

§ 1º O termo de referência para SRP deverá conter, além dos elementos obrigatórios já previstos no Decreto Municipal nº 011/2024, a justificativa para adoção do sistema e a indicação do órgão gerenciador e dos participantes.

§ 2º Quando for o caso, o termo de referência deverá indicar a possibilidade de adesão por órgãos não participantes e os limites dessa adesão.

Art. 5º. Sempre que possível, o órgão gerenciador publicará Intenção de Registro de Preços – IRP em sistema eletrônico utilizado pelo Município, com prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis para manifestação de interesse de órgãos e entidades municipais.

§ 1º A IRP deverá identificar o objeto, as estimativas de quantidade ou valor, o documento de referência (ETP, termo de referência ou equivalente) e o prazo para manifestação de interesse.

§ 2º A dispensa da IRP deverá ser motivada e juntada aos autos.

Art. 6º As licitações para formação de ata de registro de preços serão realizadas, preferencialmente, na modalidade pregão, na forma eletrônica, admitindo-se a concorrência nos casos previstos em lei, observados os critérios de julgamento de menor preço ou maior desconto.

Parágrafo único. O instrumento convocatório deverá prever, entre outros aspectos:

- I – identificação do órgão gerenciador e dos participantes;
- II – estimativa de quantidades ou valor máximo da despesa;
- III – prazo de vigência da ata e possibilidade de prorrogação;
- IV – limites e condições para adesão de órgãos não participantes;
- V – previsão de reajuste, revisão e cancelamento.

Art. 7º. A ata de registro de preços terá vigência de até 12 (doze) meses, admitida uma única prorrogação, por igual período, desde que:

- I – demonstrada a vantajosidade da manutenção dos preços registrados, por meio de pesquisa de mercado ou outro parâmetro idôneo;
- II – mantidas as condições originais da contratação, ressalvadas as hipóteses legais de reajuste ou revisão;
- III – observados os limites orçamentários e financeiros do Município.

§ 1º Na hipótese de prorrogação da ata, as quantidades registradas poderão ter seus saldos renovados para o novo período, na forma do Capítulo III deste Decreto.

§ 2º Esgotadas as quantidades antes do término da vigência e comprovada a vantagem econômica, poderá ser admitida, de forma excepcional, a antecipação da prorrogação da ata, com renovação de saldos, mediante decisão fundamentada da autoridade competente.

Art. 8º. A utilização da ata por órgão não participante dependerá de:

- I – autorização expressa do órgão gerenciador;
 - II – anuência do detentor da ata;
 - III – observância dos limites de quantitativo ou de valor previstos no edital e na ata.
- Parágrafo único. Cada órgão não participante não poderá contratar, para cada item, mais de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo originalmente registrado, observado o limite global estabelecido no edital.

Art. 9º. As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por contrato, nota de empenho, ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, conforme definido no edital, observando-se o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, podendo ser realizado procedimento específico, devidamente justificado, assegurada preferência ao detentor da ata em caso de empate em condições equivalentes.

Art. 10. Os preços registrados poderão ser revistos e os registros cancelados nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e no edital, garantido o contraditório e a ampla defesa, quando for o caso.

CAPÍTULO III

DA RENOVAÇÃO DE SALDOS EM ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Art. 11. Na prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderão ser **renovados os saldos de quantidades ou de valor** registrados para cada item, respeitadas as seguintes condições:

I – justificativa da unidade demandante demonstrando a necessidade da manutenção da demanda no novo período, com destaque, quando for o caso, para a continuidade de fornecimento de livros e materiais didáticos;

II – demonstração da vantajosidade da renovação, por meio de pesquisa de preços ou outro parâmetro idôneo;

III – manutenção dos preços unitários, ressalvado o reajuste ou revisão em conformidade com a legislação;

IV – respeito ao limite global de valor ou quantidade previsto na ata e às regras fixadas no edital, consideradas as prorrogações;

V – existência de saldo orçamentário e financeiro suficiente.

§ 1º Para os fins deste artigo, considera-se **renovação de saldo** o restabelecimento, no novo período de vigência da ata, do quantitativo máximo contratável para cada item, deduzidas as quantidades efetivamente contratadas e executadas no período anterior.

§ 2º A renovação de saldo não poderá ser utilizada para reabrir ata já expirada, rescindida ou cancelada.

§ 3º Ato motivado do órgão gerenciador registrará, para cada item, o consumo no período anterior, o saldo existente, o quantitativo a ser renovado e a demonstração da vantajosidade.

Art. 12. Quando a renovação de saldo implicar potencial superação do valor global estimado originalmente, deverá ser observado, quanto ao excesso, o limite de acréscimo previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021, para alterações contratuais.

CAPÍTULO IV

DA RENOVAÇÃO DE SALDOS EM CONTRATOS DE FORNECIMENTO CONTINUADO (NÃO SRP)

Art. 13. O disposto neste Capítulo aplica-se aos contratos administrativos de fornecimento continuado, ainda que não decorrentes de SRP, que:

I – tenham sido precedidos de licitação ou contratação direta com estimativa anual ou plurianual de consumo;

II – prevejam vigência inicial com possibilidade de prorrogação, nos termos do art. 106, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

III – tenham por objeto o fornecimento de bens de uso recorrente e continuado, tais como livros, materiais didáticos, insumos pedagógicos, materiais de expediente, alimentação escolar e outros de natureza similar.

Art. 14. Na **prorrogação** desses contratos, o saldo não consumido de quantidades ou de valor poderá ser **renovado para o novo período de vigência**, desde que observadas, cumulativamente, as seguintes condições:

I – manifestação técnica da unidade requisitante demonstrando a necessidade da manutenção do fornecimento e a adequação das quantidades pretendidas, inclusive para garantir o

atendimento das políticas educacionais e o fornecimento contínuo de livros;

II – comprovação de que a manutenção do contrato é mais vantajosa do que a realização de nova licitação, mediante pesquisa de preços ou outro parâmetro idôneo;

III – manutenção dos preços unitários contratados, ressalvado o reajuste ou revisão nos termos do contrato e da legislação;

IV – observância do limite global estimado para o contrato ao longo de toda a sua vigência, incluídas as prorrogações, respeitados os percentuais máximos de acréscimo e supressão previstos na Lei Federal nº 14.133, de 2021;

V – inexistência de inadimplemento relevante por parte da contratada que comprometa a continuidade do fornecimento;

VI – disponibilidade orçamentária e financeira para suportar a despesa no novo período.

§ 1º Para fins deste Decreto, entende-se por **renovação de saldo** a possibilidade de restabelecer, no novo período de vigência contratual, o quantitativo contratual previsto para o período anterior, abatidas as quantidades já executadas, sem prejuízo das alterações quantitativas permitidas em lei.

§ 2º A renovação de saldo deverá ser formalizada em **termo aditivo de prorrogação**, vedada sua utilização para reativar contratos já encerrados sem prorrogação tempestiva ou rescindidos.

§ 3º Se a renovação de saldo implicar aumento do valor global superior aos limites legais de acréscimo, a Administração deverá instaurar **novo procedimento de contratação** para o excedente.

Art. 15. A instrução do processo administrativo de prorrogação com renovação de saldo deverá conter, no mínimo:

I – relatório do fiscal ou gestor do contrato sobre a execução no período anterior, com indicação do consumo por item e avaliação da contratada;

II – quadro comparativo entre o que foi contratado, o que foi efetivamente executado e o que se pretende renovar;

III – pesquisa de preços ou documento que demonstre a vantajosidade da prorrogação;

IV – minuta do termo aditivo, contendo a prorrogação de vigência, a eventual atualização de preços e a renovação do saldo;

V – manifestação jurídica, quando exigida pela regulamentação municipal;

VI – autorização da autoridade competente.

Art. 16. Os **editais e contratos futuros** que tratem de fornecimento continuado deverão prever, de forma expressa, quando for de interesse da Administração:

I – a possibilidade de prorrogação de vigência, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

II – a faculdade de renovação de saldo, na forma deste Capítulo.

Parágrafo único. Nos contratos em vigor na data de publicação deste Decreto, a sistemática de renovação de saldo poderá ser aplicada desde que:

I – não haja cláusula expressa vedando tal prática;

II – sejam respeitados os limites de vigência máxima e de alteração contratual previstos na legislação;

III – haja decisão motivada da autoridade competente, atestando a vantajosidade e a compatibilidade com as condições originalmente licitadas.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. A Secretaria de Finanças, Planejamento, Gestão e Tecnologia, em conjunto com a Assessoria Jurídica do Município, poderá expedir normas complementares para operacionalizar o disposto neste Decreto, inclusive manuais, fluxos e modelos de documentos.

Art. 18. Permanecem em vigor as disposições do Decreto Municipal nº 011/2024, aplicando-se este Decreto como **norma complementar específica** para o Sistema de Registro de Preços e para a renovação de saldos em atas e contratos de fornecimento continuado.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Lourenço da Mata, 04 de dezembro de 2025.

VINICIUS LABANCA
Prefeito

Publicado por:
Osvaldo José Vieira
Código Identificador:770FB4AE

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco no dia 09/12/2025. Edição 3988
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amupe/>